

**REGIÃO, REGIONALIZAÇÃO E OS DOMÍNIOS DE NATUREZA NO BRASIL:
SITUANDO A AMAZÔNIA NA CONTRIBUIÇÃO DE AZIZ AB'SÁBER**

**REGION, REGIONALIZATION AND THE DOMAINS OF NATURE IN BRAZIL:
SITUATING THE AMAZON IN AZIZ AB'SÁBER'S CONTRIBUTION**

**REGIÓN, REGIONALIZACIÓN Y DOMINIOS DE LA NATURALEZA EN
BRASIL:
SITUANDO LA AMAZONIA EN LA CONTRIBUCIÓN DE AZIZ AB'SÁBER**

Helbert Michel Pampolha de Oliveira¹

5

Resumo

A fim de situar a contribuição de Aziz Ab'Sáber sobre os domínios de natureza no Brasil e suas faixas de transição no campo da Geografia Regional, objetiva-se, por meio de levantamento e revisão bibliográfica, apresentar a referida proposta como uma regionalização do espaço brasileiro e analisar criticamente o lugar reservado à Amazônia no âmbito dessa divisão regional. Os resultados revelam a pertinência e a atualidade de uma contribuição crítica, integradora e propositiva sobre o território brasileiro, em que a região amazônica se destaca pelas suas potencialidades paisagísticas, mas também pelos problemas ecológico-regionais produzidos por um pseudoplanejamento do desenvolvimento concebido pelo Estado desde meados do século XX. Em face dessa complexidade socioespacial e de suas especificidades (naturais, humanas, culturais e econômicas), Ab'Sáber sugere a realização de um zoneamento ecológico-econômico que aponte caminhos alternativos ao modelo de destruição sustentado pelas políticas territoriais historicamente pensadas para a região.

Palavras-chave: regionalização; domínios morfoclimáticos; Aziz Ab'Sáber; Amazônia.

Abstract

With the aim of situating Aziz Ab'Sáber's contribution on the domains of nature in Brazil and their transition bands in the field of Regional Geography, the objective is, through a survey and bibliographical review, to present this proposal as a regionalization of Brazilian space and to critically analyze the place reserved for the Amazon within this regional division. The results reveal the relevance and timeliness of a critical, integrative and propositional contribution on the Brazilian territory, in which the Amazon region stands out for its landscape potential, but also for the ecological-regional problems produced by the pseudo-planning of development conceived by the State since the mid-20th century. In the face of this socio-spatial complexity and its specificities (natural, human, cultural and economic), Ab'Sáber suggests carrying out ecological-economic zoning that envisages alternative paths to the model of destruction sustained by the territorial policies historically conceived for the region.

Keywords: regionalization; morphoclimatic domains; Aziz Nacib Ab'Sáber; Amazon.

¹ Geógrafo pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento e doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (Geourbam). E-mail: helbertmichel93@gmail.com

Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Saber

Resumen

Con el objetivo de situar la contribución de Aziz Ab'Sáber sobre los dominios de la naturaleza en Brasil y sus franjas de transición en el campo de la Geografía Regional, se pretende, a través de una encuesta y revisión bibliográfica, presentar esta propuesta como una regionalización del espacio brasileño y analizar críticamente el lugar reservado a la Amazonia dentro de esta división regional. Los resultados revelan la pertinencia y actualidad de una contribución crítica, integradora y propositiva sobre el territorio brasileño, en el que la región amazónica se destaca por su potencial paisajístico, pero también por los problemas ecológico-regionales producidos por la pseudoplanificación del desarrollo concebida por el Estado desde mediados del siglo XX. Ante esta complejidad socioespacial y sus especificidades (naturales, humanas, culturales y económicas), Ab'Sáber sugiere la realización de una zonificación ecológico-económica que señale caminos alternativos al modelo de destrucción sustentado por las políticas territoriales históricamente concebidas para la región.

Palabras clave: regionalización; dominios morfo-climáticos; Aziz Nacib Ab'Sáber; Amazonia.

INTRODUÇÃO

Temas caros ao cotidiano e, com efeito, às políticas públicas, o intencional processo de regionalização (EGLER, 2000) e o polissêmico conceito de região (CLAVAL, 1987; GOMES, 2000) resguardam discussões que, não sem desafios, revelam certa tradição interdisciplinar no trato da questão; tradição essa conferida graças à presença desse debate em áreas do conhecimento as mais diversas, como, por exemplo, a antropologia, a economia, a sociologia, a psicologia, a biologia, a história e a geografia.

A ciência geográfica, por seu turno, adquire destaque no contexto do debate regional em razão de sua forte tradição ligada aos esforços de conceituação do fenômeno da região (CORRÊA, 2005) e, principalmente ao longo do século XX, às divisões regionais que foram elaboradas com o intuito de compreender o Brasil, destacando-se as proposições do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de alguns estudiosos que, a partir de diferentes critérios, também conceberam regionalizações para o país.

Nesse particular, um geógrafo como Aziz Nacib Ab'Sáber², tido como um dos mais expressivos cientistas brasileiros no campo das ciências humanas (MAGALHÃES, 2015), destaca-se pela proposição de uma divisão regional pautada em critérios físico-naturais, sem, contudo, desconsiderar fatores econômicos, culturais e sociais; proposta essa na qual a Amazônia se destaca em extensão, mas, principalmente, em complexidade. Assim, por meio de levantamento e revisão bibliográfica, objetiva-se situar a regionalização do Brasil concebida por Ab'Sáber e analisar alguns elementos relacionados ao espaço amazônico no seio de sua contribuição.

² Aziz Nacib Ab'Sáber nasceu no ano de 1924, em São Luiz do Paraitinga, interior do estado de São Paulo, e faleceu em 2012 na cidade de Cotia (SP), na Região Metropolitana de São Paulo. Ao longo de sua trajetória, notabilizou-se por sua importante contribuição intelectual e política ao campo das ciências humanas e ambientais, especialmente a partir da geomorfologia, dado o seu engajamento ético e cidadão diante das questões socioambientais brasileiras. Em 2024, o professor Aziz Ab'Sáber completaria 100 anos e, por este motivo, o presente artigo presta uma singela homenagem à memória e ao legado desse importante intelectual brasileiro.

Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Saber

Para isso, o texto³ encontra-se organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, apresenta-se algumas regionalizações pensadas para o Brasil no século XX, situando a proposição de Ab'Saber para o território brasileiro; contribuição essa que será mais bem explorada na segunda seção do artigo, ao passo que, na terceira, busca-se avaliar criticamente o lugar reservado à Amazônia em suas elaborações sobre o Brasil.

ALGUMAS REGIONALIZAÇÕES DO ESPAÇO BRASILEIRO

Uma autora como Magnago (1995) lembra que a tarefa de dividir o espaço geográfico em regiões resulta de um esforço de caráter científico mediado tanto por interesses acadêmicos quanto por necessidades estritas do planejamento e da gestão do território. Já Haesbaert (2010), ao refletir sobre os dilemas da região e da regionalização, nos indaga sobre o porquê – e o para quem – regionalizar, oferecendo, ao mesmo tempo, algumas reflexões em torno da diferenciação de três dimensões desse processo: uma dimensão analítica (ligada aos dilemas de pesquisadores), uma dimensão prático-vivida (voltada às vivências das pessoas nos seus espaços) e uma dimensão normativa (relacionada à atuação dos planejadores).

A partir da consideração desses elementos, Haesbaert (2010) reconhece um dos “gargalos” analíticos e históricos centrais no tratamento da região, disso decorrendo, por exemplo, o reconhecimento de diferentes conceituações – entre “mortes” e “ressureições” – do fenômeno regional. Ora, o conceito de região não é um “edifício estável” (SANTOS, 2012) e Magnago (1995) alude que sua problematização conceitual passou por fortes processos de transformação, os quais devem ser analisados em suas especificidades. Isso porque, enquanto tradução da particularidade no espaço (SANTOS, 1999; CORRÊA, 2005), a região é fruto de processos de regionalização; ferramenta intelectual essa que, como lembram Ribeiro (2013) e Haesbaert (2010), atende a determinados interesses.

Derivando do intencional ato de regionalizar (EGLER, 2000), todo processo de regionalização diz respeito a um determinado momento de uma formação socioespacial (SANTOS, 2014a) e o Brasil, diante de suas dimensões continentais, assistiu à proposição de diferentes regionalizações baseadas em critérios igualmente distintos, especialmente ao longo do século XX. Por meio dessas divisões regionais, portanto, buscou-se reconhecer as diferenciações internas do país e, assim, definir “recortes” regionais do território nacional, de modo a melhor caracterizá-lo e entendê-lo. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴, à luz de seu importante papel na sistematização de informações sobre o território nacional, elaborou algumas divisões regionais durante o século passado, como as regionalizações de 1942, 1970 e 1990.

³ Este texto resulta de nossa participação no Seminário “O pensamento de Aziz Ab'Saber e a Amazônia”, organizado em 2023 pelo Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, como parte das programações em comemoração aos 50 anos do NAEA. Um agradecimento deve ser feito ao Prof. Dr. Estêvão Barbosa, da Faculdade de Tecnologia em Geoprocessamento (FTG) da UFPA – *Campus Ananindeua*, pela leitura e pelas sugestões feitas a este trabalho.

⁴ Vista por Almeida (2003, p. 79) como a “maior agência de planejamento territorial do governo brasileiro”, o IBGE é um instituto público da administração federal brasileira criado no ano de 1934 em um contexto de burocratização e centralização do poder político. Em 1936, esse instituto é instalado inicialmente sob o nome “Instituto Nacional de Estatística” e, dois anos depois, por decreto federal, rebatizado como “Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística”,

Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Saber

Antes, cumpre salientar que, embora não oficiais, outras divisões regionais do Brasil foram realizadas, como a do geógrafo franco-brasileiro Delgado de Carvalho (1884-1980), em 1913.⁵ Baseada no conceito de região natural e nos elementos do meio físico (e.g. clima, relevo e vegetação), Delgado de Carvalho reconheceu cinco regiões no território brasileiro: Brasil Setentrional ou Amazônico, Brasil Norte-Oriental, Brasil Oriental, Brasil Meridional e Brasil Central. Com pequenas mudanças na nomenclatura e em algumas de suas subdivisões, a primeira regionalização oficial do Brasil, institucionalizada no ano de 1942, foi inspirada nessa proposta do geógrafo citado, após demanda do governo federal e análise das diferentes proposições apresentadas por cientistas e por órgãos públicos e privados (MAGNAGO, 1995).

Tendo como principal teórico o geógrafo Fábio Macedo Soares Guimarães (1906-1979), a divisão de 1942 do IBGE se caracterizou como uma resposta à necessidade de oficializar uma regionalização do Brasil para fins práticos e científicos. Igualmente estruturada em regiões naturais e nos principais fatores físicos já mencionados (GALVÃO; FAISSOL, 1969), essa proposição continuou a identificar cinco grandes subespaços nacionais: Região Norte, Região Nordeste, Região Leste, Região Sul e Região Centro-Oeste. De caráter empirista, posto que o conhecimento do território nacional se limita tão somente à sua materialidade, a divisão de 1942, como primeiro modelo oficial, apresentava fragilidades teórico-metodológicas (MAGNAGO, 1995), sobretudo em relação aos seus critérios; fragilidades essas que, de certa forma, foram perseguidas durante a elaboração do novo modelo, na década de 1960.

Assim, diante de um novo contexto econômico-político em meados dos anos 1960, no qual se destaca o golpe militar de 1964, o espaço brasileiro assistiu a uma expressiva mudança em sua configuração territorial, bem como a um forte processo de transnacionalização de sua realidade nacional (SANTOS, 1979). Observa-se, doravante, uma acelerada da urbanização do território brasileiro, conforme demonstra Santos (2013). Nesse particular, Contel (2014) nos adverte que as formas regionais inevitavelmente foram modificadas e, por isso, as ditas “regiões naturais” e a divisão regional de 1942 “não mais explicariam um território cada vez mais urbanizado e tecnificado” (CONTEL, 2014, p. 6). Com isso, se aquela divisão apresentava debilidades, esse agressivo processo ao qual o país fora submetido parece tê-las aprofundado.

Dessa forma, as mudanças em curso no Brasil precisaram ser acompanhadas pelo IBGE, que, sob melhorias nas tecnologias de processamento de dados com a incorporação de técnicas de informação (GONÇALVES, 1995), passou a elaborar análises do território brasileiro apoiadas, precipuamente, em variáveis econômicas. Os critérios naturais de outrora não mais seriam centrais. Com efeito, Contel (2014) chama a atenção para três principais paradigmas que, na década de 1960, influenciaram o debate regional no Brasil e, por certo, no IBGE: a quantitativa “*new geography*”, de matriz anglo-saxã; a “teoria dos polos de crescimento”, de origem francesa; e o “método Rochefort-Hautreaux”, também de origem francesa,

diante das necessidades de conhecimento sistematizado do Brasil mediante a produção de informações geográficas sobre esse território.

⁵ Além das divisões regionais propostas por Delgado de Carvalho e pelo IBGE, Angélica Magnago (1995) também menciona, a título de exemplo, as regionalizações concebidas por André Rebouças, em 1889; Elisée Réclus, em 1893; Pierre Denis, em 1927; Betim Paes Leme, em 1937; Moacir Silva, em 1939; Conselho Técnico de Finanças, em 1939; e Ezequiel de Souza Brito, cujo ano da proposição não fora identificado.

Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Saber

relacionado à complexidade do terciário e seus rebatimentos na hierarquia e na “vida de relações” das cidades.

Essas matrizes teóricas orientaram três propostas de divisões regionais do Brasil pelo IBGE, no final da década de 1960: “(1) uma visando o planejamento econômico; (2) outra procurando dar subsídios para a descentralização da ação administrativa estatal; e (3) uma última mais abrangente, para fins estatísticos” (CONTEL, 2014, p. 8). Sendo a mais utilizada ainda hodiernamente, mas não sem modificações, o autor também pontua que a terceira proposta de regionalização foi institucionalizada em 1970 e, segundo critérios político-administrativos para fins estatísticos, estabeleceu, igualmente, cinco “grandes regiões” no território brasileiro: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

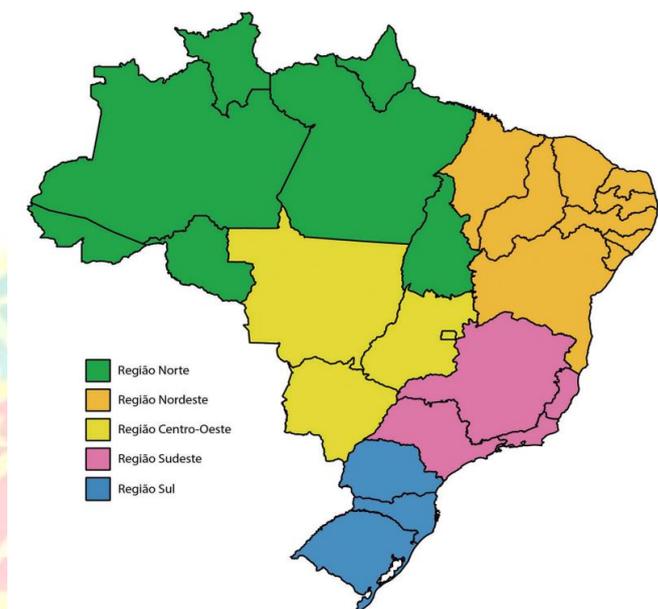
No bojo dessa divisão regional, os pesquisadores do IBGE tinham como objetivo “demarcar espaços homogêneos e espaços polarizados” no Brasil (IBGE, 1970, p. VIII apud CONTEL, 2014, p. 8). Nesse esforço, a ideia de “espaços homogêneos”, em particular, legou algumas contribuições à regionalização do território brasileiro. Isso porque, enquanto uma forma de organização em torno da produção, esses espaços seriam expressos mediante a combinação de fatores físicos, demográficos, econômicos e sociais em determinadas realidades geográficas. Desse entendimento, ademais, Contel (2014) salienta a definição de inovações como a de “microrregiões homogêneas” e “mesorregiões homogêneas”, destacando, outrossim, a importância do estudo da rede urbana para se chegar a essa regionalização.

Entretanto, sendo a leitura de regiões homogêneas dominante nesse empreendimento, Boscariol (2017) pondera que, além de não levar em conta as relações de articulação inter-regionais de maneira adequada, essa regionalização também não considerava a contento a formação social dos subespaços nacionais identificados, evidenciando um certo “descolamento” da realidade e a inclusão de situações regionais distintas por meio de uma abordagem de homogeneidade e identidade; abordagem essa que, em se tratando da formulação de políticas públicas em sintonia com as diversidades socioespaciais, representa sérias limitações.

Cerca de vinte anos depois, o IBGE realiza uma adaptação da regionalização de 1970 e institui uma nova divisão regional para o Brasil, preservando o reconhecimento das cinco “grandes regiões” (Figura 1). Assim, além de manter a proposta de contribuir com a divulgação de dados estatísticos relacionados ao país, a regionalização de 1990 busca “oferecer elementos para a compreensão da organização do território nacional’ em bases sistemáticas” (IBGE, 1990, p. 7 apud CONTEL, 2014, p. 10). Nesse empreendimento, as Unidades da Federação foram tomadas como recorte inicial e principal para, em seguida, identificar com maior acurácia as mesorregiões e microrregiões; essas, conforme Magnano (1995), agora adjetivadas como “geográficas” e não mais como “homogêneas”.

Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Saber

Figura 1 – As cinco grandes regiões brasileiras, segundo o IBGE



Fonte: Boscariol (2017, p. 190).

Ademais, Contel (2014) nos adverte que o entendimento do conceito de região assume um teor mais crítico na regionalização de 1990, uma vez que na proposta de 1942 ele apresenta um caráter eminentemente empírico (MAGNANO, 1995) e, na de 1970, revela uma perspectiva mais abstrata e pragmática que contribui com certa “desnaturalização” do conceito; algo que, na divisão regional mais recente, de 1990, portanto, parece ser aprofundado, aproximando-o “das condições concretas das estruturas de poder e da economia nacional de cada época” (CONTEL, 2014, p. 13), fortemente influenciadas pelo processo de neoliberalização da sociedade e do território.

Assim, embora o IBGE tenha mantido, em grande parte, alguns dos paradigmas da regionalização proposta em 1970, Contel (2014) aduz que a divisão regional de 1990 trouxe um relativo aprimoramento metodológico, sobretudo no que concerne à definição efetiva das categorias que compõem essa macrorregionalização do território brasileiro. De todo modo, trata-se de uma importante contribuição voltada à compreensão do país, bem como ao planejamento territorial em nível nacional.

Além do IBGE, outros estudiosos também se empenharam na tarefa de propor uma regionalização para o Brasil, como, por exemplo, o geógrafo Pedro Pinchas Geiger (1923-...).⁶ Procurando romper com os modelos de região natural então em voga, Geiger (1967, 1969) elaborou, na década de 1960, uma proposta de divisão regional baseada nos contrastes que ora se configuravam a partir do processo de industrialização desencadeado nos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek. Também, conforme Boscariol (2017), o geógrafo em tela buscou captar as inter-relações regionais realizadas entre o principal centro econômico do

⁶ Em 2023, Pedro Geiger comemorou o seu centenário, dos quais cerca de 80 anos foram dedicados à Geografia. Por isso, este artigo também presta uma singela homenagem a esse importante geógrafo brasileiro.

Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Saber

país e o restante do território nacional, enfocando os elementos históricos e naturais que conformavam as regiões.

Em outros termos, Geiger (1967, p. 60) entende que “os diversos fenômenos geográficos apresentam distintas formas de diferenciação quanto à área ocupada, a intensidade e o tempo de elaboração”. Sendo verdade a existência de uma correlação desses fenômenos, bem como o estabelecimento de alterações entre eles, o autor pontua que uma divisão regional para o país deveria verificar, em cada subespaço, o elemento mais dinâmico da vida regional ou o que mais impacta na evolução dos demais fenômenos. Nesse esforço do geógrafo citado, a estreita relação entre o processo de regionalização e o desenvolvimento industrial de um país assume certa centralidade.

Dessa maneira, ao mobilizar as ideias de homogeneidade e polarização, caras ao contexto, tal como se pode perceber também em relação à regionalização de 1970 do IBGE, Geiger (1967) assenta sua reflexão em um critério principalmente geoeconômico e estabelece a diferenciação entre espaços ditos “menos desenvolvidos”, mais homogêneos, e espaços “mais desenvolvidos”, onde haveria uma tal intensidade na vida de relações. Disso decorre a sua proposta de regionalização para o Brasil (GEIGER, 1969), na qual o estudioso aponta uma relação entre a(s) forma(s) de organização do território e o grau de desenvolvimento do país, destacando a importância da divisão territorial do trabalho e a ideia de que o avanço capitalista resultaria na homogeneização e, ao mesmo tempo, na diversificação do espaço brasileiro.

Nesse sentido, Geiger (1969, p. 15) pontua que, em um país continental e subdesenvolvido como o Brasil, “a divisão de maior hierarquia corresponde à distinção de enormes extensões territoriais, grandes espaços econômicos diferenciados por nível de desenvolvimento”. Assim, levando-se em conta similitudes de outras ordens, o autor reconhece a existência de três macrorregiões geoeconômicas no território brasileiro: o Centro-Sul (mais desenvolvido e formado pelo Sul, Sudeste e parte do Centro-Oeste), o Nordeste (estados nordestinos marcados por forte subdesenvolvimento) e a Amazônia (espaço imenso e macrocefálico, caracterizado pela presença de grandes domínios naturais) (GEIGER, 1969), explicitados na Figura 2.

Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Saber

Figura 2 – As regiões geoeconômicas do Brasil, segundo Geiger



Fonte: Boscarriol (2017, p. 191).

Em sua proposta (GEIGER, 1969), os “três Brasis” identificados também seriam subdivididos em subespaços menores, especialmente a partir da análise histórica associada a fatores naturais, comerciais, produtivos, populacionais e sociais, o que permitiria o estabelecimento de uma hierarquização entre eles. Tal contribuição, portanto, demonstra uma superação teórica do modelo adotado na divisão regional de 1942 do IBGE, pautado em regiões naturais, e a adoção de uma perspectiva de região mais funcional e de planejamento, incorporada, inclusive, na regionalização instituída pelo IBGE nos anos 1970.

Contudo, pela natureza e dinamicidade do elemento de maior centralidade na proposta de regionalização concebida por Geiger (1969), isto é, as atividades econômicas decorrentes principalmente do desenvolvimento industrial, os delineamentos estabelecidos – que não obedecem aos limites político-administrativos dos estados brasileiros, identificados pelo IBGE – podem sofrer rápidas transformações, ainda que o nível de detalhamento suscitado contribua para a melhor identificação dos contornos espaciais. Outrossim, a grande generalização de relações socioeconômicas identificadas em determinadas regiões brasileiras, como, por exemplo, o Sul e a Amazônia (BOSCARIOL, 2017), também é outro elemento crítico acerca dessa divisão regional.

Uma terceira proposta de divisão regional aqui levada em consideração é a de Milton Santos (1926-2001) e Maria Laura Silveira, desta vez, não mais pautada exclusivamente em critérios naturais e/ou em parâmetros político-administrativos, mas, em grande medida, baseada na técnica e sua presença/materialização no território brasileiro. Nesse sentido, vale lembrar que o Brasil assistiu à força do neoliberalismo na década de 1990, ao passo que “o território era apresentado como arena de vetores externos, com a respectiva invisibilização do Estado no discurso, apesar de sua presença na dinâmica econômica e territorial” (SILVEIRA, 2011, p. 152). Com isso, o poder das grandes empresas – já anunciado

Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Saber

na década de 1970 com o início da transnacionalização do espaço brasileiro (SANTOS, 1979) – adquire expressão cada vez maior no território, ampliando as desigualdades territoriais.

Concebida no ano de 1999, a proposta desses autores leva em conta o processo de globalização e suas manifestações particulares no nível territorial; esforço esse que se inscreve no cerne de um empreendimento que visa fazer o Brasil “falar” a partir do território (SANTOS. SILVEIRA, 2012). Dessa maneira, relativamente diferente das regionalizações do IBGE e para além dos “três Brasis” (GEIGER, 1969), Santos e Silveira (2012) reconheceram a existência de “quatro Brasis”: a Região Concentrada – formada pelo Sudeste e pelo Sul –, o Centro-Oeste, o Nordeste e a Amazônia (Figura 3). Trata-se, conforme aponta Silveira (2007, não paginado), dos “‘brasiles’ de la globalización”, cujo reconhecimento, ao que parece, teve como ponto de partida a divisão de 1990 do IBGE, mas, especialmente, as diferenciações regionais engendradas pelo período técnico-científico-informacional da sociedade.

Figura 3 – Os “quatro Brasis”, segundo Santos e Silveira



Fonte: Boscarriol (2017, p. 194).

Apoiados na difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional no espaço e sua relação com as heranças do passado, os autores identificam não apenas as quantidades do território brasileiro, mas também os elementos qualitativos que revelam o conteúdo dos processos que vivificam o país em suas diferentes espacialidades e temporalidades. Trata-se, portanto, de uma análise que privilegia os fixos (a casa, o hospital, o banco, a fábrica, o supermercado, a massa dos homens etc.), mas, igualmente, os fluxos (o movimento, a circulação) (SANTOS, 2014b), pois ambos dão conta de um processo dialético ligado à produção dos espaços; daí o porquê, talvez, de o Tocantins, por exemplo, integrar a Região Centro-Oeste nessa regionalização, dado o reconhecimento de processos econômicos que já naquele momento o associavam mais àquela região do que à Região Norte, como na divisão regional do IBGE.

Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Saber

Assim, sem desconsiderar as características naturais herdadas, Santos e Silveira (2012) estabeleceram uma difícil leitura do território brasileiro a partir das formas de transformação da materialidade do meio geográfico em suas sucessões, das diferentes expressões de densidade, da diversidade das heranças socioespaciais e suas formas de impacto no presente, bem como do dinamismo que cada subespaço regional possui e sua relação com o dinamismo mais geral da totalidade do espaço nacional (SILVA, 2010). O fenômeno regional, por sua vez, seria uma expressão socioespacial particular resultante de relações contíguas e/ou contínuas, definidas pela proximidade, e relações hierárquicas estabelecidas entre espaços descontínuos, isto é, de horizontalidades e verticalidades (SANTOS; SILVEIRA, 2012) que definem o papel do território brasileiro e suas regiões na Divisão Territorial do Trabalho.

Contudo, algumas críticas (BOSCARIOL, 2017) apontam que, embora essa regionalização contribua para retratar – mesmo que dinamicamente – a generalização do fenômeno técnico, relacionado ao moderno capitalismo internacional e seu consequente esforço de subordinação das dinâmicas econômicas regionais ao domínio de um centro econômico, há uma secundarização de aspectos importantes como as heranças socioculturais dos lugares e a identidade regional; elementos esses que, segundo o autor, são sempre visualizados em relação aos grandes movimentos do modo de produção capitalista no território.

Por fim, uma outra contribuição é a proposta de regionalização concebida por Aziz Ab'Sáber no início da segunda metade do século XX.⁷ Baseada em grande medida nas dinâmicas naturais, sem, contudo, incorrer em uma perspectiva determinista quanto às realidades que analisa, Ab'Sáber (2007) estabelece uma compreensão do Brasil a partir do que denomina como domínios de natureza. Neles, além do atributo natural, é clara a relevância de elementos culturais, econômicos e sociais na estruturação das macrorregiões do território brasileiro por ele identificadas; divisão regional essa que, por sua importância e particularidade, será mais bem explorada na próxima seção.

OS DOMÍNIOS DE NATUREZA NO BRASIL

Considerada como uma herança de processos fisiográficos e biológicos – antigos, remodelados e/ou modificados por processos de atuação recente – e patrimônio coletivo das populações que, historicamente, herdaram-na como território de atuação de suas comunidades, a noção de paisagem figura como um elemento central na leitura e na proposta de Aziz Ab'Sáber. Isso porque, segundo o autor, para além de espaços territoriais, as populações herdaram fatias de conjuntos paisagísticos de longa e complicada elaboração econômica e fisiográfica, *id est*, verdadeiras paisagens e ecologias (AB'SÁBER, 2007).

⁷ De acordo com a revisão bibliográfica, o reconhecimento dos domínios de natureza realizado por Ab'Sáber data das décadas de 1960 e 1970, sobretudo se levarmos em conta a publicação do artigo “Potencialidades paisagísticas brasileiras”, de 1977, na *Revista Recursos Naturais, Meio Ambiente e Poluição*, no qual o autor traz uma identificação geral dos domínios (datada de 1965) que, em sua perspectiva, configuram o território brasileiro. Ademais, destaca-se que esse texto compõe o primeiro capítulo da obra *Domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*; contribuição essa (AB'SÁBER, 2007) tida como central neste trabalho.

Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Saber

Dessa maneira, Ab'Sáber (2007) nos adverte que o território brasileiro, por sua natureza, resguarda um mostruário completo e, ao mesmo tempo, complexo de tudo aquilo que as paisagens e ecologias apresentam no mundo tropical. Assim, a fim de compreender as potencialidades paisagísticas brasileiras, o autor reconhece *conjuntos espaciais que apresentam certa ordem de grandeza territorial e são estruturados por uma coesa inter-relação entre feições de relevo, tipos de solo, formas de vegetação e condições climático-hidrológicas*; elementos esses que, em sua acepção, acabam sendo importantes para a ocupação humana.

A integração/simbiose entre esses elementos, de certo modo, resulta na formação desses complexos regionais fisiográficos e biogeográficos, homogêneos e extensivos, denominados por Ab'Sáber (2007) como domínios de natureza.⁸ Um autor como Bertrand (2004), com base em Cailleux e Tricart, elabora que toda delimitação representa senão uma forma de aproximação da realidade geográfica, sendo importante, nesse sentido, a realização tanto de uma taxonomia da paisagem quanto de um sistema de classificações que nos ajudem a compreender as escalas correlatas à paisagem. Nesse sistema, articula-se a existência de seis níveis temporo-espaciais, isto é, três unidades superiores – zona (1ª grandeza), domínio (2ª grandeza) e região natural (entre 3ª e 4ª grandeza) – e três unidades inferiores – geossistema (entre 4ª e 5ª grandeza), geofácies (6ª grandeza) e geótopo (7ª grandeza) –, como bem demonstra Bertrand (2004).

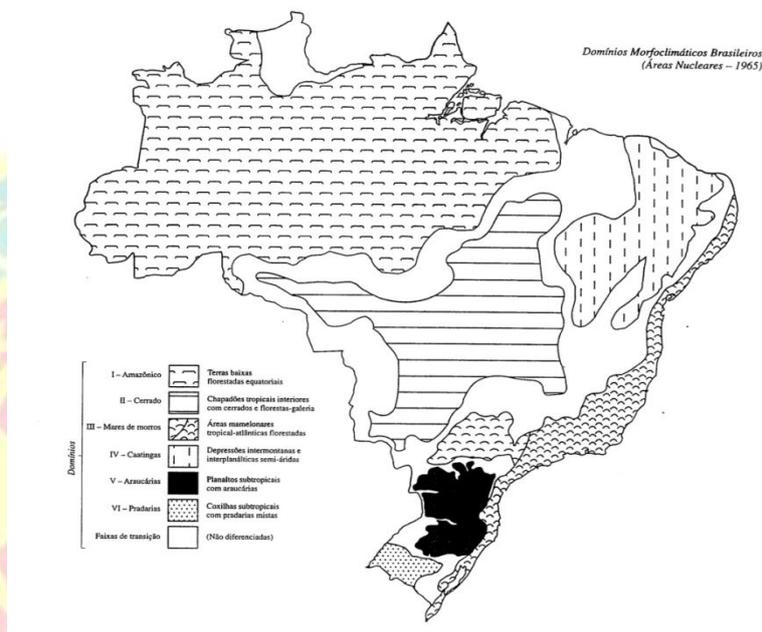
Em se tratando das unidades superiores, tem-se que a unidade de 1ª grandeza, a zona, abrange vários domínios (unidades de 2ª grandeza), os quais, enquanto divisões das zonas climáticas, consistem e/ou comportam diversas regiões naturais. Levando-se em conta a extensão do Brasil, situado na zona tropical, Ab'Sáber (2007) reconhece um total de seis grandes domínios: 1) as terras baixas florestadas da Amazônia; 2) os chapadões centrais recobertos por cerrados, cerradões e campestres; 3) as depressões interplanálticas semiáridas do Nordeste; 4) os mares de morros florestados; 5) os planaltos de araucárias; e 6) as pradarias mistas do Rio Grande do Sul (Figura 4); formações essas a cujas áreas principais – mais típicas, contínuas e expressivas do todo – o autor atribui a nomenclatura de *áreas nucleares*.

Entre esses domínios, sendo quatro intertropicais e dois subtropicais, Ab'Sáber (2007) também salienta a existência de verdadeiros “corredores”, conforme se pode notar também na Figura 4. Neles, tem-se uma combinação diferenciada de vegetação, solos e formas de relevo no interespaço de um domínio ao outro, as chamadas *faixas de transição e contato*, onde se tem a composição de verdadeiras feições híbridas (AB'SÁBER, 2006). Quando, por exemplo, existe uma espécie de contato triangular entre três áreas nucleares (de três domínios, portanto), Ab'Sáber nos alerta para a ocorrência de “uma paisagem-tampão bem diferenciada” (DOMÍNIOS..., 2019), evidenciando a própria complexidade ecossistêmica do país.

⁸ Além desta denominação, também é possível identificar na obra do autor referências a esta regionalização como “domínios paisagísticos”, “domínios morfoclimáticos e fitogeográficos” (AB'SÁBER, 2007), bem como “domínios paisagísticos e macroecológicos” (AB'SÁBER, 2005).

Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Sáber

Figura 4 – Os domínios de natureza no Brasil e suas faixas de transição, segundo Ab'Sáber



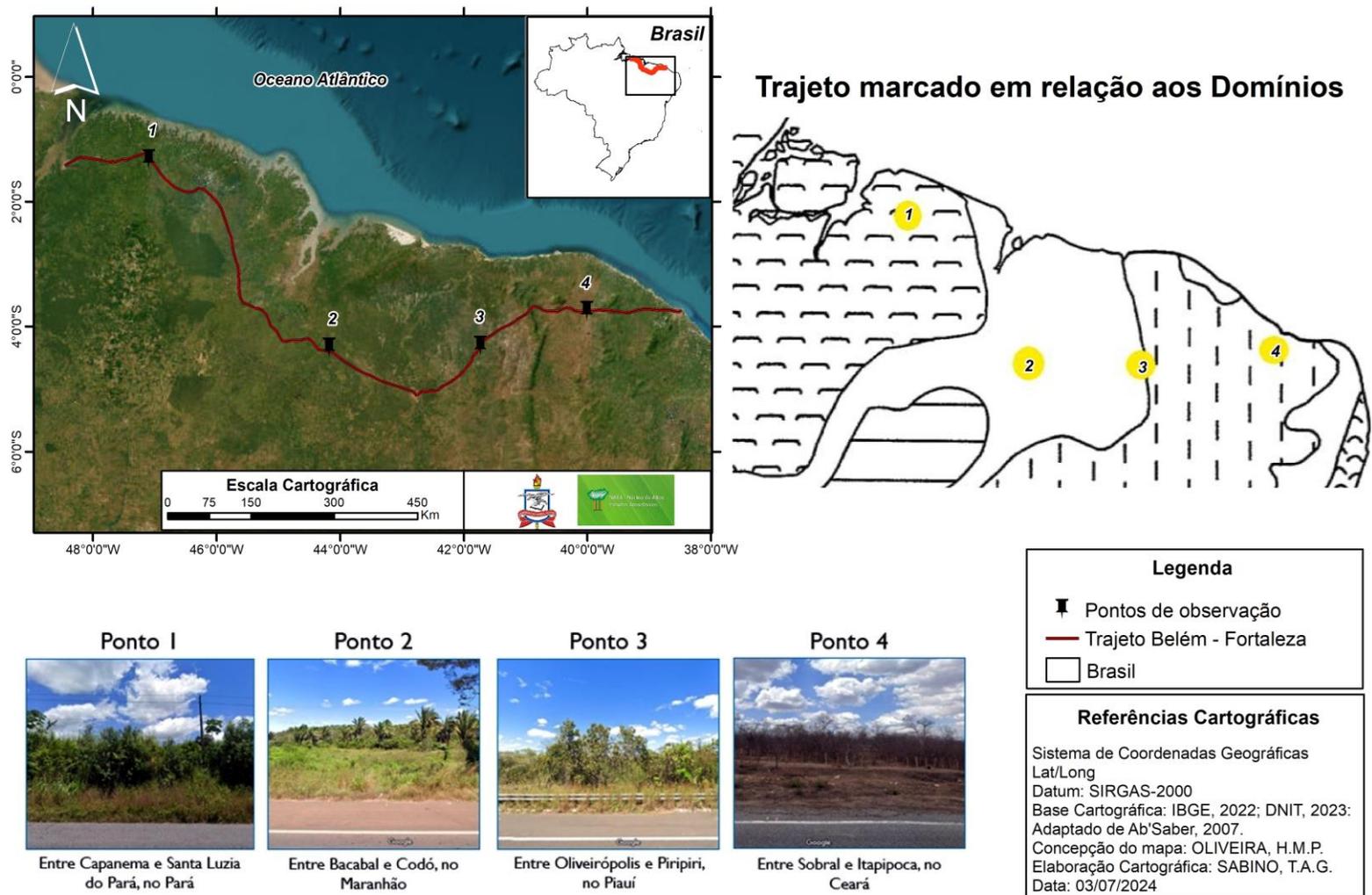
Fonte: Ab'Sáber (2007, não paginado).

Acrescenta-se que esses espaços de transição – cuja somatória, segundo Ab'Sáber (2007), equivale a cerca de 1.000.000 km² – revelam-se como um verdadeiro complexo anastomosado de “corredores” entre os domínios. Ademais, apresentando larguras variáveis, cada parte dessas faixas alongadas consiste em uma combinação sub-regional diferenciada/híbrida de fatores ecológicos e fisiográficos, os quais podem – ou não – se repetir em áreas vizinhas e, *via de regra*, não se replicam em áreas mais distantes (AB'SÁBER, 2006, 2007). O Mapa 1 intenta evidenciar, senão aproximativamente, a faixa de transição entre um domínio e outro no território brasileiro, especialmente entre as regiões Norte e Nordeste, de acordo com a divisão regional do IBGE, no trajeto Belém (PA)-Fortaleza (CE) por rodovia.

Nele, ilustra-se também que a mudança de um domínio ao outro, de uma região a outra, portanto, revela uma transformação gradativa e bastante peculiar na paisagem, a qual decorre da inter-relação entre condições morfoclimáticas e climatobotânicas. Assim, observando apenas o aspecto vegetacional, e não mais que de maneira aproximativa, nota-se certa mudança na paisagem entre os domínios amazônico e caatinga (Mapa 1), pois em cada ponto destacado há ocorrência de vegetações relativamente diferenciadas que, por exemplo, resultam de um conjunto de fatores correlatos ao relevo, ao solo e às condições climático-hidrológicas, representando não uma mudança brusca entre ambos os domínios, mas uma transição entre diferentes aspectos físico-naturais complexamente imbricados no âmbito de uma longa faixa de contato.

Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Saber

Mapa 1 – Faixa de transição e contato entre os domínios amazônico e caatinga: uma ilustração



Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Saber

Assim, sobre o contato entre o domínio amazônico e o domínio da caatinga, cuja transição foi aproximadamente ilustrada no Mapa 1, Ab'Sáber (1966) assevera que o primeiro se separa do segundo através de uma paisagem-tampão de significativa individualidade e expressão paisagística, como, por exemplo, a paisagem dos cocais maranhenses. Nela, consoante o estudioso citado, “a floresta de babaçu recobre indiferentemente fundo de vales, vertentes e interflúvios, por um espaço de algumas dezenas de milhares de quilômetros quadrados” e, em muitos pontos dessa faixa de contato e transição, “a própria área florestal que precede a dos cocais ou o que, eventualmente, inclui cocais-galerias, já se apresenta como uma faixa florestal [...] diferenciada, em relação às florestas amazônicas típicas” (AB'SÁBER, 1966, não paginado).

Considerando essa perspectiva, o reconhecimento dessas faixas de transição se coloca como um ponto interessante dos domínios de natureza (AB'SÁBER, 2007) em relação às outras regionalizações comentadas neste artigo; divisões regionais essas não menos importantes e cujos limites político-administrativos entre estados e regiões são rigidamente estabelecidos para fins de delimitação e representação. Nesse sentido, a ocorrência do referido interespaço entre áreas relativamente distintas do Brasil, com limites compreensivos, revela a sua importância para o reconhecimento de questões físico-naturais, mas também econômicas, culturais, sociais e mesmo urbanas, evidenciando que a passagem de um domínio ao outro apresenta certo nível de complexidade (AB'SÁBER, 2006) que é fruto do encontro, da convivência e da justaposição entre elementos diversos que configuram e particularizam determinada(s) realidade(s) regional(is).

Quanto aos seis domínios representados na Figura 4, o autor alude que os intertropicais (amazônico, caatinga, cerrado e mares de morros) recobrem uma área do território brasileiro um pouco superior a 7.000.000 km², ao passo que os subtropicais (araucárias e pradarias) se espalham por aproximadamente 500.000 km² do país, sendo que algumas de suas porções transbordam para áreas de países vizinhos. Considerando os atributos definidores dos domínios de natureza, o Quadro 1 sistematiza as principais características dessa regionalização do espaço brasileiro, proposta por Ab'Sáber (2007).

Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Saber

Quadro 1 – Características gerais dos domínios de natureza, conforme os seus atributos em Ab'Sáber

Domínio	Feições de relevo	Tipos de solo	Formas de vegetação	Condições climáticas	Hidrografia
Amazônico	Constituído por terras baixas onduladas e ocorrência de algumas serras	Latosolos e argissolos, em grande medida, não tão férteis	Floresta equatorial rica, diversa e perene, destacando-se as matas de igapó, de várzea e de terra firme	Clima equatorial úmido e quente, com altos volumes de chuva durante o ano	Abriga a maior bacia hidrográfica do mundo e possui grande volume d'água
Caatinga	Formado por colinas interplanálticas com caatingas	Possui solo raso, rico em minerais e pobre em matéria orgânica	Presença de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas adaptadas à seca, mas com dificuldades no enraizamento por conta do solo raso	Clima semiárido quente marcado por baixos índices de chuva durante o ano	Constituída, em grande medida, por rios temporários em função da seca
Cerrado	Composto por planaltos, chapadas e chapadões	Normalmente avermelhado, ácido e de baixa fertilidade	Herbácea e arbustiva, com destaque para árvores de troncos retorcidos	Clima tropical sazonal, com estações bem definidas	Possui oito das doze bacias hidrográficas do país e uma notável oscilação nos volumes d'água
Mares de Morro	Tipicamente mamelonar/arredondado	Predomínio do massapé e salmourão, sendo bastante fértil	Mata atlântica/floresta tropical úmida, com presença de campos e cerrados	Clima tropical úmido, com altos índices de chuva	Apresenta importantes bacias hidrográficas brasileiras e notável volume d'água
Araucárias	Predomínio da feição planáltica	Ocorrência de terras roxas, com boa fertilidade	Mata de araucárias/ dos pinhais, de pouca densidade e por árvores de folhas perenes	Clima subtropical, definindo estações bem estabelecidas e distribuição uniforme das chuvas durante o ano	Formada por rios de importante potencial para a navegação e geração de energia
Pradarias	Configurado por planícies	Geralmente profundo e de cor escura, apresenta húmus, paleossolos vermelho e claro e, em algumas partes, arenito	Herbácea e rasteiras, com presença de poucas árvores na paisagem	Clima subtropical, com ocorrência de zonas temperadas e tropicais	Presença de rios de planície oriundos da Bacia do Uruguai

Elaborado pelo autor, em 2023, com base em Ab'Sáber (2007) e DOMÍNIOS... (2019).

Conquanto os domínios possuam características preponderantes à sua classificação mais geral, Ab'Sáber (2011) ressalta que, em decorrência de variações climáticas em tempos remotos, determinadas paisagens apresentam “redutos de vegetação” e “refúgios para a fauna” diferenciados, isto, verdadeiras particularidades da história vegetacional (AB'SÁBER, 2006) desses espaços. O autor acrescenta que as

Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Saber

respectivas análises desses fenômenos em muito contribuem à compreensão da estrutura atual dos domínios morfoclimáticos e fitogeográficos, algo que, em seu entendimento, justifica, por exemplo, a presença de cactáceas, cerrados remanescentes e vegetações campestres em determinadas áreas de um domínio como o amazônico, formado, em grande medida, por volumosas e extensas florestas tropicais e marcado por altos níveis de precipitação (AB'SÁBER, 2002, 2007, 2011); reflexões essas sistematizadas no que o geógrafo em comento denominou de “teoria dos redutos”.⁹

Nota-se, portanto, que os domínios de natureza concebidos por Ab'Sáber (2007) revelam-se importantes à compreensão da diversidade ambiental do território brasileiro e, inclusive, das influências por ela exercida na biodiversidade, na economia e na própria ocupação humana do país. Nessa proposta, ainda que o atributo físico-natural seja um elemento central, as questões humanas, culturais, econômicas e sociais não são desconsideradas; muito pelo contrário, parecem assumir a condição de elementos basilares de sua problematização voltada a uma leitura particular do Brasil, a partir da natureza. Trata-se de uma interpretação mais geral do país, mas importante na identificação e na definição das especificidades subnacionais e sub-regionais de um território que corresponde a 48% do continente sul-americano.

A próxima seção, por sua vez, busca focar o domínio amazônico, uma das seis grandes regiões brasileiras apresentadas por Ab'Sáber (2007) e que possui notável importância no equilíbrio ambiental não apenas do Brasil, mas do mundo. Apresenta, também, breves apontamentos críticos do autor sobre o “desenvolvimento” do espaço amazônico e algumas de suas proposições sobre a região, tida por ele, cuidadosa e coerentemente, como um grande complexo natural com gente e história.

O MACRODOMÍNIO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Um suntuoso domínio de terras baixas florestadas é a caracterização inicial que Aziz Ab'Sáber nos oferece acerca da Amazônia brasileira, cuja forma, em sua interpretação, assemelha-se à de um anfiteatro, “enclausurado entre a grande barreira imposta pelas terras cisandinas e pelas bordas dos planaltos Brasileiro e Guianense” (AB'SÁBER, 2007, p. 65). Nessa perspectiva, e de maneira geral, o autor assinala que a posição geográfica do espaço amazônico, associada à sua condição geoecológica, resultou em: a) forte entrada de energia solar; b) expressivo abastecimento de massa de ar úmido; c) estoque significativo de nebulosidade; d) baixa amplitude térmica anual; e e) ausência de estações secas na quase totalidade de seus espaços sub-regionais (AB'SÁBER, 2007).

Todos esses elementos, segundo o geógrafo em referência, contribuem para o estabelecimento de um clima úmido e quente que apresenta temperaturas com médias superiores a 25°C e significativos índices de pluviosidade (de 1.600 a 3.600 mm, anuais) em aproximados 4.200.000 km² de extensão da região; daí a

⁹ Inspirada na teoria dos refúgios, do zoólogo Paulo Emílio Vanzolini (1924-2013), trata-se de uma das principais contribuições teóricas de Aziz Ab'Sáber. Sua problematização permite o reconhecimento de faixas de vegetações específicas em paisagens onde a presença delas não predomina e cujas existências nos permitem deduzir sobre consequências de flutuações paleoclimáticas na configuração morfológica, pedogênica e fitogeográfica atual (AB'SÁBER, 1995a).

Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Saber

afirmação da quase inexistência de uma estação seca neste domínio, especialmente no oeste-noroeste da Amazônia e na região de Belém (PA), onde os climas regionais são superúmidos. Assim, não obstante a existência de algumas variações pluviométricas intrarregionais, Ab'Sáber (2007) afirma ser o clima da Amazônia um dos mais homogêneos e anualmente constantes de todo o Brasil intertropical.

Alimentada por esse expressivo volume anual de chuvas, a rica e abundante rede hidrográfica da Amazônia brasileira adquire destaque em função do grande Rio Amazonas, cujo comprimento atinge quase 6.570 km e apresenta profundidade que varia entre 30 m e 120 m ao longo de seu curso. Diante do “mundo das águas” dessa região, Ab'Sáber (2007) destaca a importância da bacia amazônica e o fato de nela, em sua totalidade, circular 20% de toda a água doce existente no planeta; água essa que “alcança o mar, com força suficiente para empurrar o oceano adentro a salinidade da faixa costeira do golfo Marajoara” (AB'SÁBER, 2007, p. 68).

Isso porque, conforme o mesmo autor, no trecho do baixo Amazonas, a parte mais funda do rio está a dezenas de metros abaixo do nível do mar, viabilizando que seu fluxo sempre corra de encontro às águas salinas da costa norte do Brasil. Desse modo, o Rio Amazonas vence o conflito entre águas doces e salinas, sobretudo em regiões estuarinas como a “boca” norte desse rio e a “boca” sul do Rio Pará. Contudo, a presença discreta da salinidade pode ser notada a partir de formas de vegetação específicas, como a dos mangues, situados nos arredores de Belém. Os aningais, da beira dos furos¹⁰ da Belém insular, por seu turno, evidenciam o teor prevalentemente doce das águas (AB'SÁBER, 2007).

Vale lembrar, ainda com Ab'Sáber (2007), que a nomenclatura que a população amazônica atribui aos cursos d'água (Canal Perigoso, Furo do Combu, Baía das Bocas etc.) possui riqueza e alta significância científica, pois tais denominações advêm de vivências prolongadas desses habitantes em seus lugares de vida. Nesse sentido, o autor nos informa que o “povo da Amazônia reconhece tipos de rios pela cor das águas, pela ordem de grandeza dos cursos d'água, por sua largura, volume e posição fisiográfica, assim como pelo sentido, continuidade e duplicidade da correnteza” (AB'SÁBER, 2007, p. 69). Pode-se reconhecer, assim, rios “brancos” (e.g. rios Amazonas e Solimões), de águas claras (e.g. Rio Tapajós) e “negros” ou de água preta (e.g. Rio Negro) na região, cada um relacionado a uma composição de materiais hidrobiológicos e hidrogeomorfológicos em suspensão.

A partir dessa constatação, o conhecimento popular também é capaz de fazer uma correlação entre a cor das águas e a pesca, ou mesmo no que concerne à fertilidade das terras ribeirinhas banhadas por tal ou qual rio de determinada cor. A título de exemplo, com base nos saberes de sujeitos da região, Ab'Sáber (2007) menciona que os rios “brancos” normalmente são mais ricos em peixes do que os de águas “negras”; da mesma forma que as planícies fluviais encharcadas pelos ditos rios “brancos” são consideradas como mais

¹⁰ Ab'Sáber (2007) explica que os furos são uma espécie de canal fluvial sem correnteza própria que divide uma ilha fluvial (de forma transversal ou oblíqua) ou mesmo interliga componentes internos (lagos, braços de rios etc.) de uma determinada planície de inundação.

Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Saber

férteis. O autor acrescenta que a existência de várias “passagens”, como furos, paranás¹¹ e baixos vales de igarapés, contribui fortemente com a drenagem e, conseqüentemente, com a fertilidade dessas terras.

Sobre os igarapés, em particular, Ab'Sáber (2007) ressalta a importância desses cursos d'água na rede hidrográfica amazônica e o papel que possuem na organização e na circulação regionais pelo interior desse domínio.

Do igarapé sai a água que se bebe e a água para cozer os alimentos. Ele é o pescueiro, fornecedor do alimento básico das populações beiradeiras. É o rústico e gostoso banheiro público setorizado, que a natureza ofereceu para as crianças, homens e mulheres. À beira dos riozinhos encimados pelo dossel das florestas, desenvolvem-se palmáceas dotadas de frutos comestíveis. Existe uma biodiversidade própria nas lombadas mais enxutas que marginam os pequenos cursos d'água que drenam as terras firmes e parte das grandes várzeas. E o igarapé é, sobretudo, o caminho suave para a circulação de canoas. É o caminho vicinal mais denso e humanizado que tornou menos solitária a aventura de viver numa das margens da humanidade (AB'SÁBER, 2004, p. 172).

Em sua definição, os igarapés são “cursos d'água amazônicos de primeira ou segunda ordem, componentes primários de tributação de rios pequenos, médios e grandes” (AB'SÁBER, 2007, p. 72). Sua grande diferença em relação aos rios está na taxa de luminosidade sobre as águas: os rios ficam expostos à luminosidade do dia, enquanto os igarapés, frequentemente enclausurados pela floresta, não recebem o contato direto da luminosidade por sobre suas águas (DOMÍNIOS..., 2019); o que não diminui, de forma alguma, sua importância nos ecossistemas regionais da Amazônia (AB'SÁBER, 2002) e em relação à sobrevivência das pessoas que deles dependem, conforme sustenta Ab'Sáber (2004, 2007).

Grosso modo, essa simbiose entre terras baixas florestadas, solos encharcados por volumosa hidrografia alimentada por altos índices de precipitação e clima equatorial quente e úmido, conforma, segundo Ab'Sáber (2007), o grande domínio morfoclimático amazônico. Trata-se de uma região que, por isso mesmo, apresenta potencialidades paisagísticas bem particulares, a exemplo do predomínio de suas densas florestas tropicais e de sua rica biodiversidade; da presença de uma extensa rede hidrográfica e suas florestas alagadas, como as várzeas e os igapós entrecortados por igarapés; da quantidade de paisagens aquáticas que compõem um mosaico paisagístico diversificado; da existência de serras e montanhas em determinadas porções da região; e, não menos importante, da presença de povos indígenas e comunidades tradicionais que, com suas culturas, também constituem a paisagem amazônica (AB'SÁBER, 2004, 2005, 2007).

Todas essas potencialidades paisagísticas, entretanto, são ameaçadas e, muitas vezes, destruídas por políticas territoriais que autorizam o avanço do capitalismo por sobre as heranças da natureza na Amazônia e a configuração de verdadeiros enclaves. Com Ab'Sáber (1992, 2004, 2007), fala-se, por exemplo, da produção de imensos espaços fundiários e de políticas de colonização públicas e privadas concebidas para a região; de uma selvagem exploração madeireira que desmata vastas porções do espaço regional e as transforma em pastos para a pecuária; da implantação de longas rodovias e demais projetos econômicos sem

¹¹ Segundo Ab'Sáber (2002, p. 9), “canais laterais naturais”.

Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Saber

quaisquer cuidados quanto à provisão de impactos físicos, ecológicos e sociais; enfim, processos de predação interconectados que, segundo o autor, produzem “caminhos de devastação” (AB’SÁBER, 2007, p. 74-75) e engendram “uma geografia humana extremamente sofrida” (AB’SÁBER, 2005, p. 23) na região.

Esses processos e formas de destruição da Amazônia, não raro identificados como “desenvolvimento”, são, na verdade, frutos do caos (AB’SÁBER, 1992) produzido por um pseudoplanejamento regional (AB’SÁBER, 1989) pensado desde os anos 1960 por “descompromissados planejadores de gabinete” (AB’SÁBER, 2004, p. 141), os quais trabalharam com mapas convencionais de ínfima escala e não apreenderam a complexidade das paisagens amazônicas. Assim, diante de sua notável ordem de grandeza, a identificação do macrodomínio da Amazônia brasileira, sem dúvida, resta importante para uma primeira aproximação do perfil e das heranças da natureza regional, porém, como o autor salienta em diversos momentos de sua obra (e.g. AB’SÁBER, 1989, 1994, 2001, 2004, 2005, 2007; DOMÍNIOS..., 2019), há que se estabelecer, outrossim, um esforço de regionalização da própria Amazônia, a fim de se (re)conhecer todos os subespaços da região.

A estratégia de um primeiro zoneamento, realizado em células espaciais de indiscutível propriedade, é o primeiro passo para servir a um padrão de desenvolvimento com um máximo de floresta em pé e biodiversidades integradas. A partir de uma setorização em quadrantes da ordem de 80 a 150 mil km, poderão ser feitos detalhamentos minuciosos de cada subregião (sic) pré-identificada (AB’SÁBER, 2005, p. 22).

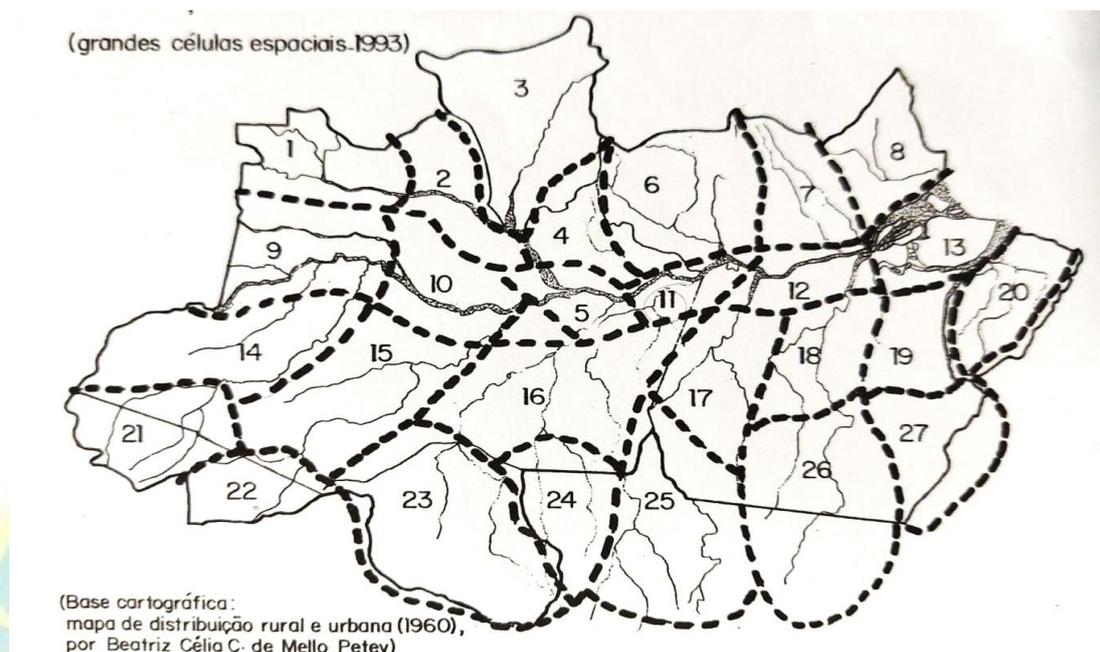
Diante desse esforço, Ab’Saber (2005) reforça a necessidade de se estabelecer um zoneamento econômico e ecológico (AB’SÁBER, 1989) que, por meio de métodos, estratégias e reflexões próprios, identifique os subespaços da Amazônia brasileira; reconhecimento esse que, em sua acepção, não deve prescindir de uma meditação orientada para o entendimento integrado do complexo natural da região e, sobretudo, da compreensão da origem de seus contrastes internos (AB’SÁBER, 2007). Dentro dessa perspectiva, os subespaços levantados precisam ser vistos em sua realidade física, ecológica, social e urbana, sem desconsiderar a percepção e as expectativas das comunidades locais.

Isso porque, ainda para Ab’Saber (2007), toda e qualquer iniciativa isolada que não atenda às culturas e subculturas que conformam a diversidade do espaço humano da Amazônia não só está destinada ao fracasso, como também à produção de sérias cadeias de conflitos. O autor também nos adverte que a elaboração de um zoneamento ecológico e econômico para a Amazônia brasileira deve ser precedida por uma rigorosa classificação de suas “células espaciais”¹², as quais devem ser dotadas de certa originalidade geocológica na totalidade das terras amazônicas. Destarte, no início dos anos 1990, o geógrafo em referência apresenta uma regionalização da Amazônia brasileira e destaca a identificação de 27 subespaços regionais, tal como ilustra a Figura 5.

¹² Espaços onde parcelas da população amazônica residem e estão vinculadas a diferentes gêneros de vida e sistemas culturais (AB’SÁBER, 2004). Ainda sobre a nomenclatura “células espaciais”, Ab’Saber nos fala que “como tudo é muito homogêneo nas terras baixas [amazônicas], não é muito fácil falar em regiões. No passado, as regiões estavam ligadas ao corpo d’água: alto Rio Negro, alto [Rio] Juruá, Rio Purus etc. Mas, agora que tem estradas de rodagem, tem diversidade de ocupação, eu chamei de células espaciais em vez de chamar regiões [...], evitando de situar em torno de um rio só, mas de um certo conjunto de rios de cada quadrante da Amazônia” (DOMÍNIOS..., 2019).

Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Sáber

Figura 5 – Regionalização da Amazônia brasileira, segundo Ab'Sáber



Fonte: Ab'Sáber (1994, p. 84).

Esta divisão do espaço total da Amazônia brasileira apresenta o reconhecimento de alguns subespaços de base regional-ecológica. Neles, Ab'Sáber (1994, p. 82) considerou os chamados “centros urbanos de apoio administrativo e comercial regional”, à época, mais ativos; espaços esses a partir dos quais, ainda em sua interpretação, poder-se-ia conduzir os devidos levantamentos e pesquisas interdisciplinares voltados ao diagnóstico das questões e especificidades regionais, de modo a produzir um bom detalhamento internalizado desses subespaços, acompanhado de proposições eficientes do ponto de vista técnico, científico, social e (bio)ético (AB'SÁBER, 2001, 2010).

O Quadro 2 nos informa quais são esses centros de apoio regional, estabelecendo relação com a numeração arrolada às “células espaciais” indicadas na Figura 5.

Quadro 2 – Identificação dos centros urbanos de apoio regional face a proposição de um zoneamento econômico e ecológico da Amazônia brasileira, segundo Ab'Sáber

Nº DE IDENTIFICAÇÃO DAS CÉLULAS	CENTROS URBANOS DE APOIO REGIONAL
1	São Gabriel da Cachoeira, na região do Uapés-Alto Rio Negro
2	Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, no médio Rio Negro
3	Boa Vista e Caracaraí, em Roraima (médio Rio Branco)
4	Presidente Figueiredo e a pequena Vila de Balbina, na região dos rios Jatapú e Uatumã
5	Manaus, no baixo Rio Negro, barra com o Rio Solimões
6	Oriximiná e Porto Trombetas, na região Trombetas/ Nhamundá
7	Monte Dourado, na área do Jari/ Paru
8	Macapá e Serra do Navio, no Amapá
9	Tabatinga e Benjamin Constant, no alto Rio Solimões
10	Tefé e Coari, no Rio Solimões
11	Itacoatiara, Maués e Parintins, no médio Rio Amazonas
12	Santarém e Monte Alegre, no baixo Rio Amazonas

Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Saber

13	Breves, na retroterra de Marajó (delta interno de Breves), e Soure, a leste da grande ilha, dominando a Baía de Marajó
14	Eirunepé e a rejuvenescida Carauari, no médio Juruá, controlando as solidões da Amazônia ocidental, fronteira florestada do Brasil com o Peru
15	Boca do Acre e Lábrea, na região do Purus
16	Humaitá, Manicoré e Borba, apoiando a região do médio Rio Madeira
17	Santarém e Itaituba, dividindo-se no controle do baixo e médio Rio Tapajós
18	Altamira e São Félix do Xingu, destacando-se na área dos rios Xingu e Iriri
19	Abaetetuba e Tucuruí, Marabá e Carajás, comandando o processo urbano, cultural e econômico do baixo e médio Rio Tocantins (Região Tocantina)
20	Belém, a Metrópole da Amazônia, no controle imediato do Rio Pará, Barcarena, Região Bragantina e litoral do “Salgado”
21	Cruzeiro do Sul, na região do médio Rio Juruá, no Acre norte-ocidental
22	Rio Branco e Xapuri, no comando regional do Acre sul-oriental, bacia do alto Rio Juruá
23	Porto Velho, polarizando o controle de Rondônia (médio Rio Madeira superior)
24	Ji-Paraná, Vilhena e Aripuanã, controlando parte da área do Rio Madeira sul-oriental
25	Alta Floresta, procurando se consolidar na área dos altos formadores do Rio Tapajós
26	São Félix do Xingu, ainda como centro de apoio do alto e médio Rio Xingu
27	Marabá e Carajás e Redenção e Conceição do Araguaia, no controle administrativo e cultural de todo o sul do Pará, em setores de florestas em recuo do médio Rio Tocantins e baixo e médio Rio Araguaia

Elaborado pelo autor, em 2023, com base em Ab'Sáber (1994, 1995b, 2004, 2007, 2010).

Analisando a listagem sistematizada no Quadro 2, observa-se a importância conferida às cidades na regionalização da Amazônia brasileira proposta por Ab'Sáber (1994), tidas como bases necessárias para o reconhecimento dos problemas socioambientais da região. No universo de células espaciais identificadas, nota-se a presença de cidades pequenas, cuja maioria está localizada em sítios beiradeiros, tendo, por isso, certo domínio de longos cursos fluviais; de cidades relacionadas às rodovias que foram implantadas na região com o propósito de integrá-la ao restante do país; de cidades e vilarejos situados nos vales amazônicos, especialmente nas barrancas de onde se domina o rio e suas planícies; bem como, de cidades oriundas de ciclos regionais mais recentes, rodoviários ou não, e que podem ter como sítios quaisquer partes dos antigos “centros” florestados (AB'SÁBER, 1994).

Ressalta-se que tal zoneamento concebido para a Amazônia brasileira não a considera como uma região estática ou tão somente definida por dinâmicas naturais, havendo uma preocupação com os processos que nela se conformaram e, conseqüentemente, engendraram uma série de conflitos socioambientais em seu interior. Nessa perspectiva, reafirma-se o compromisso do autor em, de certa forma, tentar fugir ao simples geometrismo das propostas de planejamento (AB'SÁBER, 1989) e estabelecer uma “visão concreta” da Amazônia, levando-se em conta o “empirismo devastador” que a caracteriza – aprofundado nos dias de hoje – e, especialmente, as necessidades das populações que, não sem conflitos, vivem no interior da floresta e trabalham em atividades as mais diversas (AB'SÁBER, 1994); anseios esses que “podem ser transformados [...] em pequenos e múltiplos projetos de atendimento social e sociocultural e socioeconômico” (AB'SÁBER, 2010, p. 22-23).

Isso porque, “o novo cenário das relações entre os homens na Amazônia exige uma nova atmosfera de convivência e entendimento” (AB'SÁBER, 2007, p. 81); daí a necessidade levantada por esse estudioso quanto à adoção de uma ligeira regionalização para o espaço amazônico e que, desta feita, sirva de base

Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Saber

espacial para a identificação rápida e espontânea dos problemas emergentes relacionados à saúde pública, à educação, ao saneamento básico, à sanidade das águas em nível local e regional e, claro, ao meio ambiente; tudo isto adaptado a um modo de vida concebido em harmonia com as peculiaridades ambientais e culturais da região (AB'SÁBER, 2004). Assim, no contexto de cada uma das células espaciais, o geógrafo citado assinala que devem ser realizados inventários desses problemas e um correlato levantamento das aspirações das populações regionais.

Diante desse esforço de pensar as especificidades da Amazônia sem, contudo, deixar de tecer críticas à desastrosa política espacial encarregada de “desenvolver” a região e, com isso, fomentar a destruição do legado territorial-paisagístico amazônico, é importante mencionar que Ab'Sáber (1994, 2004, 2007) também sugere algumas propostas igualmente críticas às posturas equivocadas em relação à Amazônia e sua complexa realidade socioespacial. Para isso, o geógrafo em referência estabelece algumas indicações para pensar, por exemplo, a política de rodovias da região, cobrando mais seriedade e cuidado em suas concepções, a fim de não entrecortar territórios de povos tradicionais e não estrangular as cabeceiras dos igarapés; projetos de reflorestamento em áreas degradadas, de modo coibir o desmatamento e viabilizar atividades economicamente sustentáveis com o máximo de floresta em pé; a compatibilização entre produção e preservação, de forma autossustentada; o tratamento de efluentes líquidos e aéreos por parte de grandes empresas; e a reconstrução da biodiversidade regional – tudo isto sem perder de vista as particularidades da Amazônia brasileira.

Trata-se de propostas que, sem dúvida, resguardam uma notável seriedade e coerência diante de seu compromisso intelectual e político para com o Brasil. Pensando a Amazônia no seio desta sua abordagem regional integradora, vale mencionar a proficuidade e a atualidade de seu pensamento – crítico e propositivo – sobre esse importante domínio paisagístico brasileiro, mormente em tempos de retomada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em sua terceira versão, e seus monumentais projetos de desenvolvimento, como, **por exemplo**, a “Ferrogrão” (EF-170), cujo trajeto interligará os domínios amazônico e cerrado e afetará, ao menos, seis terras indígenas, 17 Unidades de Conservação e três povos isolados (MELITO, 2023).

Considerando essas questões e a riqueza das propostas de Aziz Ab'Sáber para a Amazônia, salienta-se a necessária retomada de suas contribuições no sentido de problematizar o lugar e a importância desta região nas políticas de desenvolvimento no século XXI; algo aqui colocado para o domínio amazônico, mas, sem dúvida, pertinente para as demais porções do território brasileiro tão bem analisadas pelo estudioso em referência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor uma regionalização para o Brasil, Aziz Ab'Sáber enfoca o suporte ecológico legado às populações e comunidades que habitam tal ou qual realidade regional, sem desconsiderar, contudo, as questões econômicas, culturais e sociais que dialeticamente a determinam; daí – supomos – o diferencial de

Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Sáber

sua proposta em relação àquelas que, tendo a natureza como principal critério, concebem divisões regionais um tanto quanto deterministas para o território nacional. Por bem, a reflexão em torno de um zoneamento para a Amazônia brasileira – com seus 4,2 milhões de km² e cerca de 38 milhões de habitantes – parece não fugir a essa regra, sendo ela um dos principais pontos deste trabalho, dado a pertinência das proposições que, certamente, nos ajudam a pensar em questões ligadas ao planejamento e ao ordenamento deste espaço regional.

Na contribuição de Ab'Sáber, portanto, a regionalização revela-se como uma ferramenta importante tanto a uma primeira aproximação em relação ao perfil geral de determinada realidade socioespacial quanto ao desvelamento das especificidades que a conformam em sua diversidade (AB'SÁBER, 1994, 2007), demonstrando, ainda, certa articulação integradora das dimensões analítica, prático-vivida e normativa (HAESBAERT, 2010) desse processo em sua proposição. Não obstante a centralidade do conceito de paisagem, a identificação de complexos regionais, por sua vez, demonstra não apenas a importância de uma implícita noção de região em suas elaborações, como também, tendo a superfície terrestre e seus processos ecológicos como nexos (AB'SÁBER, 2007; MOREIRA, 2008), uma abordagem regional igualmente integradora que põe em diálogo o físico e o humano, o natural e o social, de maneira bastante competente e cuidadosa.

Isso porque, tais reflexões de Ab'Sáber se inscrevem em suas preocupações para com as políticas econômicas e territoriais dirigidas às terras baixas florestadas da Amazônia, sobretudo aos impactos que essas ações provocaram na região, em nome de um dito “desenvolvimento”, sem qualquer conhecimento prévio da complexidade e da diversidade dos subespaços regionais (AB'SÁBER, 2001, 2004). Ora, enquanto um conjunto de paisagens e ecologias da porção setentrional da América do Sul, a Amazônia brasileira é a maior parcela territorial da chamada Pan-Amazônia (AB'SÁBER, 2005), contudo, submetida a um selvagem modelo de destruição ecológica que produziu consequências desastrosas para muitas áreas e comunidades regionais.

Assim, além de denunciar toda a exploração e a correlata destruição desenfreadas da Amazônia, observa-se que a contribuição de Ab'Sáber também nos oferece *caminhos alternativos* para pensar a paisagem regional em suas várias dinâmicas, sem perder de vista as especificidades amazônicas; questões deveras importantes de serem levadas em conta no ordenamento territorial pensado para esta porção do Brasil, profundamente marcada pela devastação de seu território, pelo saque de seus recursos e pelas violências praticadas contra as suas populações. Retomemos, portanto, as contribuições de Aziz Ab'Sáber.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. O domínio morfoclimático amazônico. **Geomorfologia**, São Paulo, n. 1, 1966.

AB'SÁBER, A. N. Zoneamento ecológico e econômico da Amazônia: questões de escala e método. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 4-20, 1989.

Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Saber

AB'SÁBER, A. N. Amazônia: as lições do caos. **Nossa América/Nuestra América**, São Paulo, n. 5, p. 50-57, 1992.

AB'SÁBER, A. N. A região amazônica. *In*: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 77-84.

AB'SÁBER, A. N. Redutos florestais, refúgios de fauna e refúgios de homens. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 1-35, 1995a.

AB'SÁBER, A. N. Elements for a strategy for territorial settlement and ecodevelopment in the Amazon. *In*: CLÜSENER-GODT, M.; SACHS, I. (ed.). **Brazilian perspectives on sustainable development of the Amazon region**. Paris: UNESCO: The Parthenon Publishing Group, 1995b. p. 287-303.

AB'SÁBER, A. N. Aziz Nacib Ab'Sáber. [Entrevista cedida a] Priscila Faulhaber. *In*: FAULHABER, P.; TOLEDO, P. M. (org.). **Conhecimento e fronteira: história da ciência na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. p. 565-579.

AB'SÁBER, A. N. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 7-30, 2002.

AB'SÁBER, A. N. Amazônia: proteção ecológica e desenvolvimento com o máximo de floresta-em-pé. *In*: AB'SÁBER, A. N. **Amazônia: do discurso à práxis**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. p. 131-190.

AB'SÁBER, A. N. Aziz Ab'Sáber: problemas da Amazônia brasileira. [Entrevista cedida a] Dário Luis Borelli *et al.* **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 7-35, 2005.

AB'SÁBER, A. N. Faixas de transição e contacto. **Scientific American Brasil**, [s. l.], p. 98, nov. 2006.

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

AB'SÁBER, A. N. Zoneamento econômico e fisiográfico da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 15-24, 2010.

AB'SÁBER, A. N. **O que é ser geógrafo**: memórias profissionais de Aziz Ab'Sáber, em depoimento a Cynara Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

ALMEIDA, R. S. A Geografia do IBGE: um esboço histórico. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 164, n. 418, p. 79-99, 2003.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **RA'E'GA**: o espaço geográfico em análise, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004.

BOSCARIOL, R. A. Região e regionalização no Brasil: uma análise segundo os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IHDM). *In*: MARGUTI, B. O.; COSTA, M. A.; PINTO, C. V. S. (org.). **Territórios em números**: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e Unidades da Federação brasileira. Brasília, DF: IPEA, 2017. p. 185-208.

CLAVAL, P. The region as a geographical, economic and cultural concept. **International Social Science Journal**, Oxford, v. 39, n. 2, p. 159-172, 1987.

CONTEL, F. B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis**: revista da rede brasileira de história da geografia e geografia histórica, [s. l.], v. 3, p. 1-14, 2014.

Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil: Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Saber

CORRÊA, R. L. Região: a tradição geográfica. *In*: CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 183-194.

DOMÍNIOS de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (68 min). Publicado pelo canal FAUUSP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5Nz1zRi5eVo>. Acesso em: 16 jul. 2023.

EGLER, C. Questão regional e gestão do território no Brasil. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 207-238.

GALVÃO, M. V.; FAISSOL, S. Divisão regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 179-218, out./dez. 1969.

GEIGER, P. P. Esboço preliminar da divisão do Brasil nas chamadas regiões homogêneas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 59-64, abr./jun. 1967.

GEIGER, P. P. Regionalização. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-25, jan./mar. 1969.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 49-76.

GONÇALVES, J. M. M. **IBGE: um retrato histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

HAESBAERT, R. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MAGALHÃES, L. E. (coord.). **Humanistas e cientistas do Brasil: ciências humanas**. São Paulo: EDUSP, 2015.

MAGNAGO, A. A. A divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 65-92, out./dez. 1995.

MELITO, L. Ferrogrão afetará pelo menos 6 terras indígenas, 17 unidades de conservação e 3 povos isolados. **Brasil de Fato**, São Paulo, 06 jul. 2023. Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/06/ferrograo-afetara-pelo-menos-6-terras-indigenas-17-unidades-de-conservacao-e-3-povos-isolados>. Acesso em: 07 jul. 2023.

MOREIRA, R. Diálogo com os humanos e os físicos: por um mundo experimentado por inteiro. *In*: MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2008. p. 105-129.

RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: fato e ferramenta. *In*: RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 159-182.

SANTOS, M. Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado. *In*: RATTNER, H. (org.). **Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 143-161.

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, p. 5-20, jan./jun. 1999.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 7. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012.

**Região, regionalização e os domínios de natureza no Brasil:
Situando a Amazônia na contribuição de Aziz Ab'Saber**

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. 3. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2013.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2014a.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2014b.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVA, S. A. **Regionalização do Brasil**: uma análise comparativa entre as propostas do IBGE, Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos e María Laura Silveira. 2010. 102 f. Trabalho Graduação Individual (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVEIRA, M. L. Diferencias regionales en el territorio brasileño: perspectiva diacrónica y sincrónica. **Scripta Nova**, Barcelona, vol. XI, núm. 244, 15 jul. 2007. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-244.htm>. Acesso em: 09 jul. 2022.

SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século 21 – a história de um livro. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Especial Cidades na Amazônia Brasileira, p. 151-163, 2011.

Texto recebido em: 03/07/2024

Texto aprovado em: 15/10/2024